



POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA E SUAS REPERCUSSÕES PARA A GESTÃO ESCOLAR

Flávia Teixeira do Amaral Gonçalves Rodrigues¹

Raisa Maria de Arruda Martins²

INTRODUÇÃO

Diante da visibilidade crescente das políticas de avaliação externa, vimos-nos desafiadas em trabalhar a temática “políticas de avaliação externa com foco na gestão escolar”, buscando analisá-la no Estado no Espírito Santo (ES), devido à evidência adquirida ao longo dos anos, com o discurso da qualidade da educação. Para atender ao proposto, buscamos: caracterizar as políticas de avaliação externa da Secretaria Estadual de Educação e investigar o entendimento da gestão escolar acerca dessas políticas e suas relações.

A partir do contexto nacional, deparamo-nos com as ideias da reforma empresarial debatidas por Luiz Carlos de Freitas (2018), juntamente com Vitor Henrique Paro (2012), em seu conceito de gestão escolar e a finalidade da educação. Realizamos a análise da triangulação dos instrumentos, trazendo os dois autores para o diálogo. Em meio a esse movimento, deparamo-nos com as demandas advindas da reforma empresarial para a gestão escolar, com as políticas de responsabilização atreladas às políticas de financiamento, trazendo a competitividade entre seus pares e reduzindo a educação apenas a resultados.

CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA

A partir do ano de 1990, ocorreram mudanças significativas na educação, pois o foco passa de uma política voltada ao acesso à escolarização para a

¹ Mestra em Educação. Estudante da Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, ES. flaviatagr@hotmail.com.

² Doutora em Educação. Professora na Universidade Federal do Espírito Santo, Alegre, ES. raisa.martins@ufes.br.



qualidade da educação. Assim, a avaliação externa passa a constituir-se como instrumento de gestão para subsidiar novas propostas. Segundo Franco, Alves e Bonamino (2007, p. 990), a partir desse período, “o Brasil passou a contar com a avaliação nacional para acompanhar a qualidade da educação”.

Diante desse contexto, ainda no ano de 1988, uma proposta surge para um sistema de avaliação nacional, culminando no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que “[...] assume um novo perfil, reforçado por empréstimos com o Banco Mundial (BM), e pela terceirização de operações técnicas” (WERLE, 2011, p. 775).

Os objetivos e os usos das avaliações externas têm se alterado ao longo dos anos. Conforme Freitas (2013), de início eram apenas para diagnóstico, sendo mais tarde redirecionadas para as políticas educacionais, especialmente as de currículo. Assim, tornam-se normas que orientam as decisões de política educacional, funcionando como meio para se obter evidências necessárias para atendimento às práticas gerenciais. Com vistas a implantar a avaliação externa em toda a educação básica, determinadas políticas incentivam estados e municípios a criarem seus próprios sistemas de avaliação.

AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Essa repercussão nacional em relação às políticas de avaliação se reflete no Estado do Espírito Santo, que inicia suas primeiras avaliações externas no ano de 2000, com a criação do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (Paebes) e o Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo - Alfabetização (Paebes Alfa). Apesar disso, os Programas adquirem periodicidade somente a partir de 2009.

Conforme Côco e Gontijo (2017), em 2008, a avaliação consolidou-se como política pública em larga escala no estado, corroborando a versão atual do Paebes. No início, limitava-se a uma avaliação do sistema, passando então para uma avaliação com foco nas escolas e conseqüentemente no estudante. No ano



de 2009, o Paebes e o Paebes Alfa passam a acontecer com periodicidade anual, permitindo o acompanhamento do desenvolvimento escolar dos estudantes e possibilitando a construção de série histórica e, conseqüentemente, a comparabilidade entre os resultados. Com isso, chega-se à criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Espírito Santo (Idebes), o qual vem acompanhado de outros indicadores e índices. Estes pretendem medir a qualidade da educação no estado, bem como se apresentam como aliados para subsidiar o planejamento, a distribuição de recursos financeiros para as escolas, o Bônus Desempenho para os professores e as premiações para as escolas.

Percebemos que as políticas de avaliação do estado vão ganhando destaque e, no ano de 2017, é criado o Sistema Capixaba de Avaliação da Educação Básica (Sicaeb). Reestruturado no ano de 2022, o Sicaeb apresenta, entre outras alterações, a inclusão da Avaliação Diagnóstica e da Avaliação de Fluência em Leitura (ESPÍRITO SANTO, 2017, 2022). Todo esse processo repercute na gestão escolar, com a proposição de ações de caráter gerencialista.

A GESTÃO ESCOLAR E AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO NO INTERIOR DA ESCOLA

Paro (2016) atesta que, diferente da administração capitalista, a administração escolar tem como especificidade a finalidade pedagógica que, ao menos em tese, deve ser o eixo direcionador de suas ações. Entretanto, diante de sua posição estratégica, a gestão passa a ser compreendida como instrumento que contribui para a consolidação de uma concepção de educação que toma como referencial o modelo e as técnicas das atividades empresariais. A gestão escolar, portanto, vive contradições, na busca por atender ao que é proposto pelas políticas de governo e Estado e o real sentido da educação.

Encontramos nas relações entre a Secretaria de Educação e a gestão escolar, no que diz respeito às políticas de avaliação, um direcionamento das ações para o alcance de metas propostas; uma vez que a educação para resultados é evidenciada, respaldada nos documentos norteadores, que vão de



planos a diretrizes, na busca pela qualidade da educação.

Em consonância com a perspectiva da lógica empresarial, a relação entre a gestão escolar e a comunidade escolar acontece em meio a esse alinhamento, na busca por resultados, com relevância para os descritores. Estes são encontrados nas matrizes de referência, consideradas orientadoras do processo da avaliação, por conter o conjunto de habilidades e competências relevantes e representativas para cada etapa de ensino, sendo balizadoras para a criação dos itens dos testes.

Os resultados das avaliações fazem girar toda a vida escolar e, sem perceber, a nota passa a ser referência. Focar no conjunto de descritores propostos por etapa de ensino torna-se a estratégia para o alcance dos resultados e, para isso, faz-se treinamentos com simulados e outras avaliações no decorrer de todo o ano. Nesse sentido, Freitas (2018) faz-nos refletir quando questiona que as notas altas têm sido levantadas como referência de qualidade e que isso acaba por ocultar a real finalidade da educação.

A busca por resultados fortalece as tensões entre Secretaria e Regional, Regional e gestão escolar, gestão escolar e professores, professores e alunos. Isso ocorre porque há uma cobrança para resultados devido ao alinhamento da rede estadual à política nacional para ser reconhecida frente a seus resultados. Essa é a responsabilização verticalizada, com os resultados tornando-se um fim em si mesmo. Para atingir as metas propostas, os incentivos como bônus e premiações acontecem rotineiramente entre os envolvidos e, com isso, a competitividade se acirra, a solidariedade e a democracia vão se perdendo e, conseqüentemente, a lógica empresarial é instalada.

CONSIDERAÇÕES

Conclui-se que as avaliações externas são necessárias para o planejamento e oferecem suporte para as políticas de educação, porém não como estão sendo desenvolvidas. Atendendo à lógica empresarial que tem objetivos antagônicos aos da educação, as avaliações acabam minando o



trabalho da gestão escolar. Esta por sua vez, frente às demandas como monitoramento e metas, pressiona professores para o alcance dos “melhores resultados”, bem como é pressionada, o que gera a responsabilização verticalizada. É preciso construir uma responsabilização horizontalizada, com gestores, professores e estudantes, em uma relação pedagógica e construtora de personalidades humano-históricas.

As avaliações externas estão sendo trabalhadas como indicador social quantitativo, interferindo em decisões sociais, portanto sujeita a pressões e corrupções, o que contribui para deturpar os processos sociais que monitora. É importante ter claro o objetivo da educação para que haja, verdadeiramente, uma educação de qualidade, com condições para que o aprendizado aconteça a partir de ações intencionais. É nesse movimento que esta pesquisa propõe uma reflexão sobre a realidade, para que se possa questionar o discurso limitado e ingênuo que, por sua vez, tem cobrado um preço alto para a educação.

REFERÊNCIAS

BONAMINO, A. C. de. **Tempos de avaliação educacional**. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.

CÔCO, D.; GONTIJO, C. M. M. Avaliação externa nas classes de alfabetização no Espírito Santo. **Pro-Posições**, v. 28, n. Supl. 1, p. 63-87, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0011>. Acesso em: 2 maio 2023.

FREITAS, D. N. T. de. Avaliação da Educação Básica no Brasil: características e Pressupostos. In: BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES M. R. (org.). **Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil** – Origens e pressupostos. Florianópolis: Insular. 2013. v. 1.

FREITAS, L. C. **Reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PARO, V. H. **Gestão democrática da educação pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PARO, V. H. **Administração escolar**: introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.



WERLE, F. O. C. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/KnxbVPCbHDBHKzHXwh66vkz/>. Acesso em: 15 nov. 2022.